

Conselho Político

Jornal de Brasília

Nacior

Sarney lança program

Hoje de manhã, no Palácio do Planalto, a partir das 9h30m, a classe política, através das lideranças da Aliança Democrática, estará tomando conhecimento dos detalhes do tão comentado, e pouco conhecido, «pacote econômico» da Nova República, que será servido inicialmente em quatro capítulos distintos.

As oito horas da manhã, depois de ter viajado à noite toda, desde os Estados Unidos, onde se avistou com os nossos credores, estará desembarcando, no Rio, o ministro Dilson Fumaro, da Fazenda, viajando em seguida, sem desvio do avião, para a reunião do Conselho Político com os ministros «econômicos».

O Presidente José Sarney, obedecendo a conselhos da assessoria «comunicativa», como já foi noticiado pelo **Jornal de Brasília**, deverá participar apenas do começo da reunião, com o propósito de sua imagem não ser desgastada com o «pacote», viajando logo em seguida para o Rio, onde permanecerá até amanhã à tarde.

Parte tributária, contenção dos gastos do setor público, privatização de estatais e consolidação da opção social do governo são os títulos dos quatro capítulos que formam a essência do «pacote econômico», que será mandado ao Congresso Nacional até quinta-feira, em forma de dois decretos e outros projetos de lei.

Na tributação, embora não esteja rigorosamente fechado, está quase certo que até seis salários mínimos estarão isentos do Imposto de Renda. A partir dos 20 salários mínimos, começa o que os técnicos chamam de «ligeira correção das alíquotas». Depois dos trinta, então, haverá a «ênfase total».

No capítulo das contenções públicas, será tirada uma «gordurinha» existente nas administrações direta e indireta, com o excesso de carros oficiais, de pessoal sem trabalhar mas recebendo, adiamento da permissão para novas contratações. Aliás, nada fora do que já foi bastante prometido desde março último.

Privatização. Será dada ênfase às micro e pequenas e médias empresas, através da diminuição do papel regulador do Estado na Economia. Pensa-se também em fazer com que o setor privado passe a liderar o processo de desenvolvimento. A médio prazo, o governo quer ficar com as estatais de interesse nacional. O que é vago.

No quarto capítulo, o da opção social, é onde o governo pretende dourar a pilula, ou seja, o pacote, com a promessa de, com a redução de participação na Economia e consequente déficit público, empenhar-se a fundo na justiça social, em setores onde ele realmente é obrigado a agir, no benefício da população carente.

A classe política receberá, em forma de decreto, as partes de privatização e contenção de gastos públicos. Mas tudo foi amarrado para aprovação no Congresso, com reuniões entre o presidente Sarney, no sábado, com o PFL, e com o deputado Ulysses Guimarães, no café da manhã de ontem, no Alvorada. E mais o Conselho Político, hoje.

«Este pacote não significará nada excepcionalmente forte nem para as pessoas físicas e nem para as jurídicas» — garantiu ontem, no Palácio do Planalto, onde foi recebido por Sarney, o presidente do Grupo Pão-de-Açúcar, Abílio Diniz, que adiantou a existência de «metodologias melhoradas para cobrança do imposto».

Abílio Diniz também adiantou a parte do «pacote» referente à intenção do governo em, aumentando a arrecadação, diminuir o déficit público e, ao mesmo tempo, como contrapartida, usar o imposto na parte social. E aconselhou as «pessoas jurídicas mais abastadas» a se prepararem a ceder mais imposto ao governo.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, que também esteve ontem com Sarney, disse que aceita normalmente o aumento de imposto em cima do capital, não acontecendo o mesmo com «investimentos que geram riqueza» e muito menos com as pequenas e médias empresas e assalariados.

Já o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, acha lastimável que pessoas com dez salários mínimos, por exemplo, «emprestem dinheiro ao governo, com subsídios, porque a correção monetária no Imposto de Renda retido não devolve a inflação».

Bueno Vidigal pediu ao governo que, ao aumentar os impostos, neste «pacote econômico», e se o aumento da arrecadação for para cobrir o déficit público, será muito importante para todos que haja uma «demonstração clara» das medidas que irá adotar no sentido de diminuir realmente os gastos com o setor público.

«Neste caso, será algo mais a ser dado pelo setor privado em auxílio ao setor público» — completou.